



© AP/PA Photo/Ricardo Moraes

DESAFIANDO AS MILÍCIAS DO BRASIL

MARCELO FREIXO E
INTEGRANTES DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO

DEFENSORES DE
DIREITOS HUMANOS

ANISTIA
INTERNACIONAL



MARCELO FREIXO, DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS E DEPUTADO ESTADUAL, ESTÁ PRESIDINDO UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE INVESTIGA AS ATIVIDADES DE MILÍCIAS NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. A INVESTIGAÇÃO ACONTECE EM MEIO A UM CENÁRIO DE AMEAÇAS DE MORTE, INTIMIDAÇÕES E ASSASSINATOS DAS PESSOAS QUE TENTAM EXPOR OS ABUSOS DAS MILÍCIAS.

Marcelo Freixo tem realizado campanhas em favor dos direitos humanos junto à organização não-governamental Justiça Global, como assessor de autoridades estaduais e federais e, atualmente, como deputado eleito pelo Estado do Rio de Janeiro. Anteriormente, ele havia trabalhado com uma série de questões envolvendo as condições do sistema prisional e a violência policial. Por diversas vezes, foi chamado a atuar como mediador durante motins em prisões e ajudou a desenvolver projetos de educação e de conscientização sobre o HIV dentro do sistema prisional. Em grande parte devido ao seu trabalho, em 2006 o governo do Estado do Rio de Janeiro fechou a famigerada prisão da Polinter, onde a superlotação, a violência entre gangues e os maus-tratos aos prisioneiros haviam se tornado lugar comum.

Desde que foi eleito para a Assembléia Estadual em 2007, Marcelo Freixo tem se esforçado para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito

Dez anos após a adoção da **Declaração da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos**, pode-se dizer que houve alguns avanços. Esses defensores, porém, ainda enfrentam restrições ao seu trabalho e têm de suportar hostilidades, intimidações e abusos. Contudo, apesar dos riscos e dos desafios, eles continuam a fazer uma verdadeira diferença na vida de muitas pessoas em todo o mundo.

Os defensores de direitos humanos se esforçam para diminuir a distância entre a promessa de justiça e de igualdade de direitos expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e uma realidade diária de abusos persistentes contra os direitos humanos. Sua atuação é vital para que esses direitos se tornem realidade para todos.

(CPI) sobre o papel das milícias na cidade do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2008, a CPI foi finalmente aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, depois que uma milícia seqüestrou e torturou um morador de uma favela carioca e três repórteres do jornal O Dia que investigavam as atividades das milícias. Marcelo Freixo foi designado presidente da CPI das Milícias, a qual é constituída por uma comissão de parlamentares eleitos. A CPI investigará os esquemas que envolvem o governo estadual com as atividades ilegais das milícias e submeterá um relatório à Assembléia Legislativa do Estado.

As milícias, formadas por policiais fora de serviço, agentes prisionais, ex-soldados e bombeiros, estão disputando com as gangues criminosas o controle de algumas das comunidades mais pobres do Rio. Nos últimos dois anos, as milícias expandiram-se rapidamente e agora controlam quase 170 comunidades carentes das quais conseguem extorquir dinheiro em troca de segurança e de serviços como distribuição de gás, transporte e TV a cabo. As áreas controladas pelas milícias começaram a ser usadas por alguns deputados estaduais como feudos políticos que servem para angariar votos e recolher fundos ilegais de campanhas. A situação atualmente foi considerada tão grave que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Ayres Brito, chegou a requisitar uma intervenção do Exército para reforçar a segurança durante o período de campanha eleitoral. Devido aos altos níveis de corrupção e aos interesses escusos envolvidos na questão, a Comissão Parlamentar de Inquérito vem realizando seu trabalho em meio a um clima de violência e de intimidação.



AMEAÇAS E ASSASSINATOS

As tentativas de investigar o papel das milícias no Rio de Janeiro têm sido respondidas com ameaças e com violência. Algumas das pessoas que tentaram denunciar os abusos ou resistir ao controle de suas comunidades pelas milícias foram assassinadas.

Jorge da Silva Siqueira Neto, presidente da Associação de Moradores da Favela Kelson's, na Penha, zona norte do Rio, dominada pelas milícias, foi obrigado a abandonar o bairro após receber ameaças de morte em abril de 2007. Ele havia acusado cinco policiais militares de ter "invadido a comunidade" e assumido poderes "ditatoriais", tendo denunciado a situação à Corregedoria da Polícia, à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público. Três dos policiais foram detidos brevemente, mas foram soltos em seguida, no início de setembro de 2007. Quatro dias depois, Jorge da Silva Siqueira Neto foi morto a tiros.

Em Campo Grande, um bairro da zona oeste do Rio, a chamada "Liga da Justiça" tem aterrorizado a comunidade local e resistido com violência às tentativas das autoridades de combater suas atividades ilegais. Em agosto,



© Private

Marcelo Freixo, deputado estadual pelo Rio de Janeiro e presidente da CPI das Milícias, discursa durante um evento em Amsterdã.

A Declaração sobre Defensores dos Direitos Humanos foi adotada pela Assembleia Geral da ONU no dia 9 de dezembro de 1998. Desde então, o termo "defensor dos direitos humanos" tem sido cada vez mais utilizado para descrever as pessoas que atuam, de diversas maneiras e a partir de diferentes posições, para proteger e promover os direitos humanos de outras pessoas.

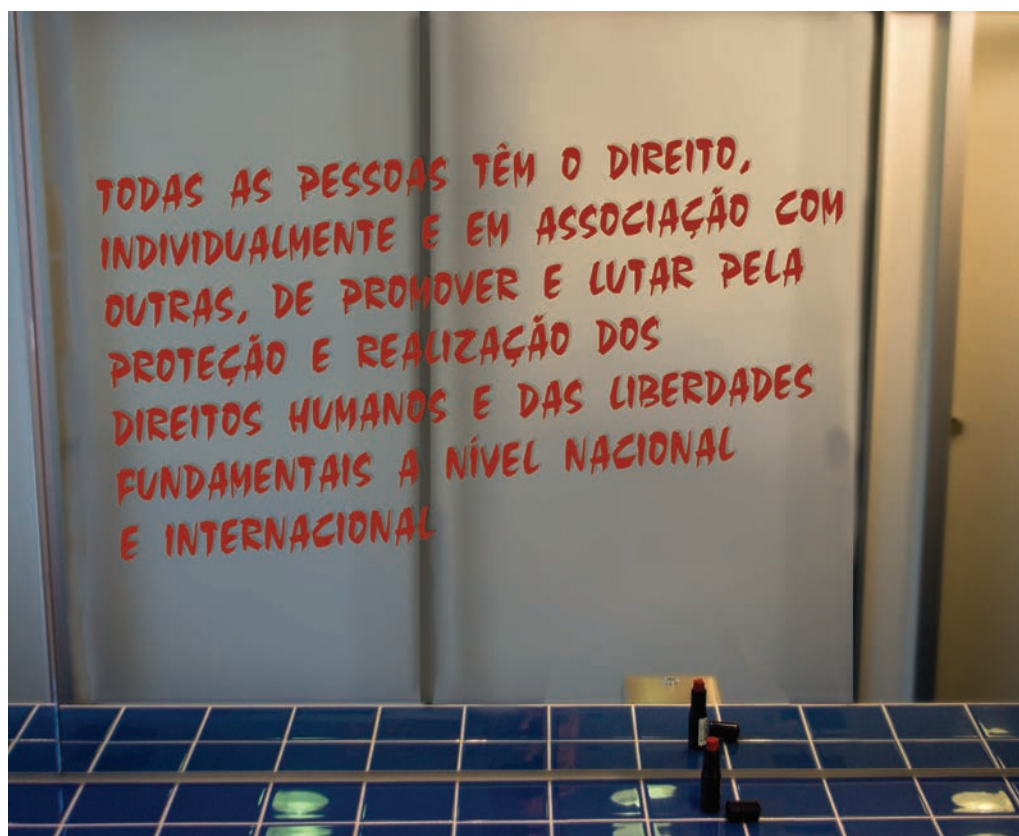
Alguns defensores trabalham para acabar com determinados tipos de abusos como a tortura ou as expulsões violentas. Outros trabalham pelos direitos de grupos ou de setores específicos de uma população que enfrenta discriminação e desvantagens, tais como as mulheres e as crianças que vivem na pobreza ou que sofrem violência, os povos indígenas, as minorias religiosas ou as pessoas que são gays, lésbicas, bissexuais ou transgênero.

Os defensores de direitos humanos, não importa quem sejam ou o trabalho que façam, possuem diversas características em comum. Todos defendem o princípio fundamental da universalidade — que todos os seres humanos são iguais em dignidade e em direitos, independentemente de gênero, de raça, de etnia ou de qualquer outra condição — e todos têm o compromisso de respeitar os direitos e as liberdades das outras pessoas.

familiares de um deputado estadual com fortes suspeitas de liderar uma milícia foram acusados de um massacre em que sete moradores da favela do Barbante foram mortos a tiros por homens encapuzados. Uma das pessoas assassinadas era Ariovaldo da Silva Nunes, um comerciante local que se recusou a pagar a "taxa" das milícias. O delegado Marcus Neves, que vem investigando a "Liga da Justiça", também recebeu ameaças de morte. Em junho de 2008, a delegacia em que ele trabalha foi atacada com bombas.

Marcelo Freixo atualmente está recebendo proteção policial. Sua situação, porém, bem como a de outros integrantes da CPI, permanece vulnerável. Uma proteção verdadeira somente será possível com uma investigação completa das atividades das milícias. Tal investigação não deverá ser inibida por medo de represálias e deverá ser seguida pela implementação das recomendações feitas no relatório da CPI e por tentativas sérias de dismantelar as bases do poder das milícias. Se a Comissão não tiver condições de realizar sua investigação de modo seguro e independente, as vidas de milhares de moradores das favelas continuarão a ser postas em risco pelas milícias.

Imagem de capa: Policiais brasileiros junto a um veículo atingido por tiros no Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2007.



Artigo 1º, Declaração da ONU sobre Defensores dos Direitos Humanos

O DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2008 MARCA O 10º ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO DA ONU SOBRE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS – UMA OPORTUNIDADE DE RECONHECER PUBLICAMENTE O TRABALHO LEGÍTIMO DESSES DEFENSORES E DE ATUAR PARA APOIÁ-LOS E PARA PROTEGÊ-LOS.

“TODAS AS PESSOAS TÊM O DIREITO, INDIVIDUALMENTE E EM ASSOCIAÇÃO COM OUTRAS, DE PROMOVER E LUTAR PELA PROTEÇÃO E REALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL.”

Artigo 1º, Declaração da ONU sobre Defensores dos Direitos Humanos

"Nos ameaçam e há casos em que companheiros foram assassinados. Para mim está claro que impedir o trabalho dos defensores dos direitos humanos é uma ameaça contra a democracia em todo o mundo."

Marcelo Freixo, 2008

As ligações entre crime organizado, grupos de extermínio e policiais corruptos permanece sendo um dos maiores obstáculos à Justiça em muitos estados brasileiros. Defensores de direitos humanos que se dispõem a combater

a corrupção continuam a sofrer ameaças e intimidações, sendo que alguns deles foram mortos. No Estado do Espírito Santo, por exemplo, onde o crime organizado dominava os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a Anistia Internacional documentou ameaças e violências contra juízes, promotores, policiais, testemunhas e ativistas de direitos humanos que trabalhavam para revelar a corrupção. Foi necessário o esforço persistente dos defensores de direitos humanos para que a corrupção pudesse

começar a ser extirpada. Teme-se agora que a situação do Rio de Janeiro seja ainda pior.

O programa de defensores de direitos humanos do governo federal criou um órgão de coordenação nacional em Brasília e existem planos para estender os programas de proteção a todo o país. Contudo, algumas dúvidas ainda persistem quanto à adequação da infra-estrutura, ao nível de recursos e à vontade política investidos para a proteção dos defensores de direitos humanos no Brasil

FAÇA ALGUMA COISA!

Escreva às autoridades brasileiras pedindo-lhes que:

- Marcelo Freixo e os outros integrantes da CPI das Milícias recebam proteção regular e efetiva, de acordo com sua própria vontade;
- Garantam que o trabalho dos integrantes da Comissão possa ser realizado sem quaisquer restrições ou medo de represálias;
- Respeitem as conclusões da Comissão e atuem de acordo com o que essas conclusões requerem, desenvolvendo reformas detalhadas e de longo prazo na área de segurança

pública, a fim de enfrentar a violência e a discriminação sofridas por todos os moradores de favelas do Estado do Rio de Janeiro;

- Investiguem de modo aprofundado todos os atos de intimidação e de violência cometidos pelas milícias contra os integrantes da Comissão, contra as pessoas que testemunham à Comissão e contra os moradores dos bairros dominados pelas milícias, levando à Justiça os responsáveis por esses abusos.

Envie cartas para:

Governador do Estado do Rio de Janeiro
Excelentíssimo Governador
Sr. Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho,
Palácio Guanabara, Rua Pinheiro
Machado, s/nº - Laranjeiras
22.231-090 – Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Fax: (+ 55) 21 2299 5691

Secretaria Estadual de Segurança Pública
Excelentíssimo Secretário de Estado
Sr. José Mariano Beltrame
Secretaria de Segurança Pública
Praça Cristiano Ottoni, Ed. Pedro II,
s/nº, 4º andar - Centro
20.221-250 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Fax: (+ 55) 21 3399 1008

DEFENSORES DE
DIREITOS HUMANOS



A Anistia Internacional é um movimento global de 2,2 milhões de pessoas, em mais de 150 países e territórios, que realiza campanhas para acabar com graves abusos dos direitos humanos. Visamos a um mundo em que cada pessoa desfrute de todos os direitos humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais de direitos humanos.

A Anistia Internacional é independente de qualquer governo, ideologia política, interesse econômico ou religião e é financiada sobretudo por seus membros e por doações públicas.

Outubro de 2008
Índice AI: AMR 19/010/2008

Anistia Internacional
Secretariado Internacional
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW
Reino Unido

www.amnesty.org